



EDITORIAL

Diogo Henrique Helal
diogohh@yahoo.com.br
UFPB

Gustavo Melo Silva
gustavomelosilva@yahoo.com.br
UFSJ

Sidinei Rocha de Oliveira
sidroliveira@hotmail.com
UFRGS

Apesar dos recentes avanços, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. A diferença no acesso a bens e oportunidades sociais, entre os ricos e pobres, é ainda bastante elevada. Apesar de o tema ter clara importância em nosso País e dos frequentes trabalhos na área de ciências sociais, a administração tem se debruçado muito pouco sobre ele. Nestes, tem-se investigado e acompanhado os fatores sociais que condicionam a dinâmica da desigualdade e da estratificação social, o que garante, em certa medida, o monitoramento da eficácia de políticas públicas e o peso que componentes estruturais e atributos pessoais têm na aquisição de status e no acesso a oportunidades. Em particular, vale perguntar em que extensão a fase de crescimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais têm contribuído para reduzir a desigualdade e aumentar as chances de alguém melhorar de vida, tanto ao longo da sua própria trajetória vital, quanto em relação às gerações ancestrais de referência.

As desigualdades sociais são, em grande medida, decorrentes da própria estrutura e dinâmica do mercado de trabalho. São também produzidas e reproduzidas nas organizações – um dos principais locais da sociedade em que tais padrões de desigualdade são percebidos a partir de seus elementos simbólicos e subjetivos – que, por vezes, cristalizam e justificam a própria estrutura de desigualdade social. Nesta senda, são relevantes, tanto os estudos quantitativos, que mostram como tais padrões de desigualdade são produzidos e reproduzidos em nosso País, quanto os qualitativos, que buscam discutir as representações individuais e sociais inerentes aos padrões de desigualdade social.

Questões relativas ao funcionamento de grupos sociais organizados por meio de ações racionais de formalização, profissionalização, estabelecimentos de rotinas, impessoalidade e de divisão entre trabalho dirigente e trabalho dirigido também apontam a produção e reprodução de uma lógica excludente. Não é demais salientar que os interesses individuais, os coletivos e o ambiente social não podem, na realidade da vida cotidiana, ser total e racionalmente controlados. A análise da estrutura social de organizações e de mercados auxilia a compreensão objetiva da vida social, pode apresentar realidades de relações entre atores de diversas esferas da vida cotidiana e, certamente, indicar mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

Aspectos da cultura nacional e da própria formação do País merecem destaque nesta edição temática. A sociedade brasileira é notadamente uma sociedade coletivista, em que o social é mais importante do que o individual. Outra característica é a grande distância de poder entre os grupos sociais. Tais aspectos, dentre outros, fazem com que nossa (re)produção de desigualdades apresente particularidades que merecem ser estudadas.

Tais questões são tratadas com bastante pertinência pelos autores neste número da GES. Em “Novos” discursos sobre o trabalho? Reflexões sobre as concepções de graduandos em administração, Ana Batista dos Santos, Luciana Nepomuceno, Monique Cardoso e Leila Menezes buscam compreender as representações de estudantes de administração acerca de dimensões estruturantes de sua formação como trabalho, organizações,

administração, administrador e universidade. Como resultados, emergiram os temas processo individual e imperativo social, explicitando tensões típicas das relações dialéticas próprias aos dois temas emergentes. Observou-se, assim, a centralidade (dialética) do trabalho, ao mesmo tempo em que se atenta para o silêncio discursivo em torno do trabalho na flexibilidade, concluindo-se que os estudantes ainda adotam um discurso predominantemente moderno em suas representações de trabalho.

No segundo texto, Marcio Cassandre, Carine Senger, Wagner Amaral e Emilia Falleiros Neta, em Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo, analisam as iniciativas de economia solidária no Brasil e as políticas públicas para a geração de emprego e renda, tendo como objeto de análise os empreendimentos solidários da região do Vale do Ivaí(PR). Os resultados indicam que, embora a economia solidária apresente por base uma orientação que busque apresentar uma crítica e romper com a proposta capitalista, os resultados do caso estudado destacam que esta ainda não consegue lograr êxito em sua proposta.

No artigo Assistencialismo e protagonismo popular: relações necessárias para a erradicação da pobreza?, Deise Ferraz e Rafael Mueller analisam a situação paradoxal dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações na região de Curitiba no estado do Paraná e a prática dos trabalhadores desempregados organizados em um movimento social no estado do Rio Grande do Sul, envolvidos em experiências de empreendimentos populares de trabalho e ações assistencialistas. Argumenta-se que, na efetivação das experiências fomentadas por políticas públicas de trabalho e renda, observa-se que o trabalho efetivamente não liberta essa população do assistencialismo.

Ricardo Laino Ribeiro e Maria Scarlet do Carmo, em O impacto do encerramento do aterro metropolitano de Jardim Gramacho para os comerciantes do setor informal de alimentos da região, analisam os impactos e as estratégias elaboradas pelos comerciantes do setor informal de alimentos, da região estudada, com o encerramento do aterro. Os resultados indicam que o fechamento do aterro gerou grande impacto socioeconômico, resultando no encerramento de vários segmentos do comércio local. Além disso, como resultados do fechamento, merecem destaque a necessidade de migração, em decorrência das possibilidades de geração de renda e de trabalho no mesmo local, e a mudança de atividade de subsistência.

Em A influência das redes sociais de catadores na cadeia produtiva da reciclagem, Milton Cordeiro Farias Filho e José Otávio Magno Pires examinam as influências das redes pessoais de oito grupos de catadores de materiais recicláveis em seis municípios do estado do Pará na capacidade das organizações e na apropriação desses agentes na cadeia da reciclagem. Como principais resultados, os autores apontam que a baixa densidade das relações nas redes dos grupos estudados limita as ações das organizações de catadores, o que se torna mais um desafio para elevar os resultados desses profissionais na cadeia da reciclagem.

Por fim, partindo da ideia de que as representações sociais sobre o que é ser velho e/ou idoso em nossa sociedade produzem e reproduzem situações de discriminação e preconceito que levam a desigualdades sociais, Patrícia Locatelli e Daniele Fontoura, em Envelhecimento populacional e os estudos em administração realizam um levantamento das publicações, na área da administração, a respeito do tema envelhecimento, a fim de identificar como esse assunto tem sido abordado pelos estudos organizacionais. Os resultados revelaram que o fenômeno tem sido pouco explorado pela administração. As áreas de trabalho de gestão de pessoas e marketing concentram a maioria dos estudos publicados, nos quais se pode identificar maior direcionamento para temáticas como aposentadoria e comportamento do consumidor.

O conjunto de trabalhos confirma a continuidades e as transformações nas desigualdades sociais, sendo que as alterações levam os atores para novos limites e fragilidades nas organizações e nas sociedades. A falta de articulação e de preparação para as adversidades apresentadas nos trabalhos sobre redes de catadores do Pará e nos comerciantes do aterro de Camacho mostram que os laços sociais frágeis e a construção de empreendimentos sem grande organização são medidas que pouco contribuem para a redução da desigualdade, pois ainda que contem com atividades que permitam alguma geração de renda, estas têm dificuldade de se manter frente às adversidades e alterações econômicas. Essa fragilidade que mantém a dependência dos laços assistencialistas governamentais é destaque no trabalho de Ferraz e Muller, permitindo afirmar que ainda há grupos sociais que não conseguem crescer e se manter sem a tutela do governo, uma evidência de que as políticas de geração de trabalho e renda não têm alcançado resultados sustentáveis no longo prazo.

O conjunto de trabalho também permite inferir sobre a permanência do silêncio e falta de ação da área de administração no auxílio à redução da desigualdade. Muitos dos pontos críticos apresentados poderiam ser melhorados se houvesse uma contribuição efetiva nos modos de organizar os empreendimentos que nascem de grupos em dificuldade social. Infelizmente, o olhar da administração sobre a desigualdade está concentrado em questões das organizações formais, tornando-se foco das políticas de gestão de pessoas, ou ainda, quando se estudam os trabalhadores como potenciais grupos de consumo.

A todos uma boa leitura!

Diogo Henrique Helal (UFPB)
Gustavo Melo Silva (UFSJ)
Sidinei Rocha de Oliveira (UFRGS)

Editores do Número Temático Organizações, Trabalho e Desigualdades Sociais no Brasil